



# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

## NEM SÓ DE DEBATES EPISTEMOLÓGICOS VIVE O PESQUISADOR EM ADMINISTRAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE DISPUTAS ENTRE PARADIGMAS E CAMPO CIENTÍFICO.

Milka Alves Correia Barbosa<sup>1</sup>  
Jouberte Maria Leandro Santos<sup>2</sup>  
Fátima Regina Ney Matos<sup>3</sup>  
Ana Márcia Almeida<sup>4</sup>

### RESUMO

A discussão sobre abordagens paradigmáticas no campo da Administração pode ser profícua na medida em que provoca os pesquisadores a refletirem sobre premissas, práticas e valores compartilhados numa comunidade científica. Entretanto, ao extremo torna-se uma disputa que impede a busca de outras abordagens para lidar com a complexidade dos fenômenos sociais. Por isso é importante descortinar outra perspectiva, qual seja, compreender que os pesquisadores não se deparam somente com escolhas acerca de epistemologia, de lógica ou de teoria linguística; mas também se deparam com problemas de política no fazer ciência. O objetivo deste trabalho é contribuir com reflexões sobre o pesquisador e os desafios epistemológicos e políticos com os quais se depara no fazer pesquisa, argumentando que não se trata somente de uma escolha entre positivismo e interpretativismo, mas igualmente envolve disputas de poder dentro de um campo (BOURDIEU, 2004; 1978). Entendemos que o fazer científico trata-se de uma atividade humana que possui vínculo indissociável com espaço, tempo e imbrinca-se com jogos de poder. Nessa perspectiva seria no mínimo ingênuo não reconhecer a academia como um espaço de competitividade darwiniano, do qual nós fazemos parte, quer seja como opressores ou privilegiados, mas nunca como meros expectadores. Nesse espaço, nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em Administração.

**Palavras-chave:** Epistemologia da ciência. Paradigmas. Campo científico. Pesquisa em Administração.

### Introdução

A discussão sobre abordagens epistemológicas tem permeado os debates entre os pesquisadores do campo da Administração. É lugar-comum encontrarmos pesquisadores em conversas acaloradas defendendo o que entendem ser a forma mais adequada de produzir conhecimento à determinada área de estudo.

Sem embargo, não há uma forma única de produzir conhecimento, não há uma explicação única para um fenômeno social, não há uma forma única de interpretar dados,

---

<sup>1</sup>milka.correia@gmail.com

<sup>2</sup>jo\_ufal@yahoo.com.br

<sup>3</sup>fneymatos@globo.com

<sup>4</sup>anamarciaalmeida@hotmail.com



como também não há verdade única e inquestionável. O mesmo fenômeno pode ser compreendido a partir de diferentes abordagens epistemológicas, conquanto cada uma delas nos levará a um ponto de chegada diferente. Então por que insistir na disputa entre um paradigma e outro? Quais as dificuldades em aceitar que a forma de um pesquisador abordar um tema pode ser diferente a partir da perspectiva paradigmática escolhida por ele?

Entendemos que esses questionamentos merecem reflexões. Um ponto crucial nessa discussão é que não se trata “apenas” de um embate neutro de ideias sobre pressupostos epistemológicos, metodológicos e ontológicos. Trata-se também de assumir posicionamentos políticos dentro de um campo científico (BOURDIEU, 2004a).

Nesse sentido, retomamos o conceito de paradigma de Kuhn (2001) - um conjunto de crenças, valores e técnicas compartilhadas por membros de uma determinada comunidade científica – para esclarecer que ao ser aceito pela maioria da comunidade científica, ele torna-se referência obrigatória e hegemônica para abordagens de problemas de pesquisa dentro de uma área de conhecimento.

Os paradigmas são fundamentados nas necessidades de compartilhamento e transmissão de conhecimento de pessoas que pertencem à mesma comunidade científica e neste sentido, revelam opções ontológicas, epistemológicas, axiológicas e metodológicas de determinado grupo de pesquisadores (KUHN, 2001).

Assim, entendemos que a opção do pesquisador por uma abordagem paradigmática desdobra-se nas teorias que nela se abrigam, na metodologia a ser adotada e na possibilidade de diálogos com outras teorias. Sendo assim, ao escolher uma abordagem paradigmática, o pesquisador não o faz de forma neutra. Segundo Weber (2003), não existe qualquer análise puramente objetiva da vida cultural, visto que não se consegue independência das perspectivas parciais que já estariam presentes no próprio processo de escolha do objeto da pesquisa, em ciências sociais.

Para Morin (1998) um paradigma controla não apenas as teorias e raciocínios, mas também o campo cognitivo, intelectual e cultural em que aqueles nascem; controla a epistemologia, que controla a teoria e a prática decorrente da teoria.

Entretanto, se por um lado os paradigmas norteiam a produção de conhecimento em determinada comunidade científica, por outro eles têm efeitos colaterais negativos como, por exemplo, o fato de imporem limites cognitivos para os pesquisadores e para a produção científica resultante que os adotam, mantendo-os sempre dentro de determinadas fronteiras paradigmáticas.

Por isso é importante descortinar outra perspectiva, qual seja, compreender que os pesquisadores não se deparam somente com escolhas acerca de epistemologia, de lógica ou de teoria linguística; mas também se deparam com problemas de política no fazer ciência. Em outras palavras: o pesquisador também está inserido em um campo onde acontecem lutas de poder por espaço acadêmico entre indivíduos e grupos com opções axiológicas, ontológicas e epistemológicas, hipóteses e agendas de pesquisa distintas e esse aspecto influencia o fazer pesquisa (BOURDIEU, 2004a,b; CLEGG e HARDY, 2010).

O objetivo deste trabalho é contribuir com reflexões sobre o pesquisador e os desafios epistemológicos e políticos com os quais se depara no fazer pesquisa, argumentando que não se trata somente de uma escolha entre positivismos e interpretativismos, mas igualmente envolve disputas de poder dentro de um campo



científico. Neste sentido, vale a pena resgatar alguns aspectos da guerra de paradigmas, do conceito de campo científico para discutirmos sobre o cerne da questão ora proposta.

## *Entre positivismos e interpretativismos*

É importante situar que a origem da Administração deu-se no campo prático, ou seja, ela se iniciou já dentro do paradigma positivista-funcionalista (OTTOBONI, 2009). Talvez por isso explique-se o fato de que na comunidade científica da Administração no Brasil, o positivismo ainda é forte e para muitos pesquisadores é como se não houvesse outra forma de fazer ciência (TEIXEIRA E NASCIMENTO, 2001; LIMA, 2011).

Historicamente, o paradigma positivista emerge em meados do século XIX, com August Comte e a concepção de que conhecer significa mensurar e quantificar. Sua proposta apresenta-se como: “os fatos só são conhecíveis pela experiência e a única válida é a dos sentidos” (COMTE, 1939, p.11). A trajetória do positivismo avançou até o século XXI com novas faces, mas mantendo seu cerne: traz em seu cerne elementos conceituais de duas principais linhas filosóficas do século XX: a lógica empirista e o positivismo lógico.

Sob a perspectiva do paradigma positivista, a realidade pode ser totalmente apreendida e compreendida a partir do estudo das relações entre variáveis, utilizando-se para tal de dados objetivamente processados com o apoio de métodos estatísticos que permitem a construção de previsões e relações causais entre as variáveis-chaves (DEMO, 2009).

Nesse sentido, relembramos que, em sua obra *Discurso sobre o Método*, Descartes argumenta que analisar a realidade é decompô-la em partes menores e assim até chegar total entendimento dela. Para tanto parte-se do entendimento de que a realidade é um todo estruturado e matematicamente formalizado. O lado não previsível e dinâmico da realidade é tratado como algo secundário a ser descartado. Desde então, como consequência, procedimentos de formalização rigorosamente controlados passaram a ostentar validade universal e serem apreciados e valorizados com critérios obrigatórios para assegurar conhecimento científico de qualidade e com relevância para a sociedade (DEMO, 2011).

Apesar de sua importância para o conhecimento científico, o positivismo é invariavelmente criticado por sua insistência na inadequação de transpor para as ciências sociais os procedimentos dominantes em ciências naturais:

Críticos oriundos das ciências sociais assacam contra esta expectativa a pecha reducionista e ideológica de manutenção da ordem dominante, à medida que, perdendo a verve questionadora do conhecimento rebelde, declara-se como real o que o método capta (DEMO, 2011).

Corroborando, Santos (2005) argumenta que a concepção segundo a qual conhecer significa quantificar faz com que as qualidades intrínsecas do objeto sejam desqualificadas, sendo colocadas em seu lugar as quantidades que podem traduzir. “Ao tomar o que é mais mensurável como mais importante, o positivismo mostra-se ditador de dados que na verdade são seletivos, reducionistas e limitados e não expressam a realidade em sua totalidade como prometem” (p. 27-28). Daí por diante aquilo que o positivismo desqualifica por não ser quantificável pode ser considerado como objeto de perda



irreparável uma vez que o procedimento da elaboração formal será mais valorizado do que a produção ou a construção do conhecimento.

Nessa lógica de racionalidade instrumental, as ciências sociais, incluindo a Administração, podem ser pensadas eminentemente como quantificáveis como as ciências naturais ou, em outra perspectiva mais próxima de um novo modelo paradigmático, como uma ciência que sempre será subjetiva, que

tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes das correntes das ciências naturais (SANTOS, 2000, p. 64).

Essa nova perspectiva é o que traz à tona a crise epistemológica do paradigma dominante. Isso porque, “o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda a ciência moderna”, a ideia de que a realidade não é simplesmente as somas das partes, e a deficiência do rigor matemático como melhor forma de conhecer o fenômeno deram início a discussão sobre a necessidade de uma nova forma de pensar (SANTOS, 2000, p. 67-68).

Santos (2005) avança argumentando que o paradigma dominante entrou em crise por não dar conta dos problemas do mundo globalizado e em permanente transformação. O avanço da ciência, o atual contexto da sociedade caracterizado pela complexidade e pela incerteza demanda um novo modo de pensar ciência. Assim sendo, o pensar ciência não estaria mais limitado a um único paradigma.

Outro ponto a ser questionado no paradigma positivista: sua posição de apresentar-se como neutro. Nas ciências administrativas, como separar o pesquisador e a realidade pesquisada, quando esse objeto é o próprio homem? Logo, é mais honesto assumir que não captamos a realidade como ela de fato é, mas como a conseguimos ver (DEMO, 2011), tendo em vista que a realidade é construída socialmente (BERGER; LUCKMANN, 2004).

De fato, concordamos que o êxito da noção de fazer ciência foi diretamente relacionado a este paradigma, mas como pesquisadores não podemos somente eleger a quantificação e a mensuração como critérios únicos para o rigor e a qualidade do conhecimento científico em Administração, pois incorremos no risco de supervalorizar a formalização em detrimento da relevância social e do pluralismo metodológico.

No entanto, adotar esses critérios - a quantificação e a mensuração - em pesquisas de determinadas áreas da Administração pode ser um verdadeiro passaporte para garantir o acesso à elite acadêmica. A exigência de uso de procedimentos estatísticos mais sofisticados tem se tornado a senha dos eleitos precisamente porque não é perícia comum (DEMO, 2011).

Nesse sentido, se um pesquisador em Administração simplesmente enquadra-se e/ou supervaloriza o molde positivista sem reflexões sobre sua escolha, é bem possível que esteja acomodando-se aos paradigmas dominantes de cientificidade e deixando de conhecer ou buscar alternativas epistemológicas. Dito de outra forma: ainda que os paradigmas sejam signo fundamental da pertença e das comunidades acadêmicas de prática (DEMO, 2011) – quando nos voltamos cegamente a produzir conhecimento sob a perspectiva de um paradigma dominante significa que fazemos parte de uma lógica de enquadramento limitante e limitada.



Isso acontece somente com “os positivistas”? Obviamente que não. Então ser “um interpretativista” não isenta o pesquisador de determinados vieses ou limitações decorrentes de sua escolha paradigmática? Obviamente que não também.

Apresentando outra perspectiva ontológica, a abordagem interpretativista não considera a existência de uma realidade totalmente objetiva tampouco totalmente subjetiva; existe uma interação entre as características de determinado objetivo e a compreensão que os seres humanos criam, socialmente, a respeito dele. Os significados subjetivos, simbólicos e sócio-políticos têm importância para a forma como os indivíduos constroem sua realidade (SACCOL, 2009).

Do ponto de vista desse paradigma, a realidade não é algo dado e posto, esperando ser mensurada. O interpretativismo considera a noção de intencionalidade e em decorrência, a preocupação desta perspectiva não é explicar nem analisar os fenômenos a partir de leis, ou relação causal. O indivíduo e os fenômenos sociais não respondem a estímulos de forma linear e por isso, não podem ser entendidos a partir de um esquadramento cartesiano. Assim, admite-se que a complexidade emergente da produção de sentido humano e a natureza distinta do mundo social não podem ser entendidos da mesma forma que o mundo natural e físico.

Com isso dizemos que epistemologia interpretativista é construtivista, ou seja, o conhecimento é construído a partir de interações entre as pessoas e dentro de um contexto social. O paradigma interpretativista vê o mundo social como “uma situação ontológica duvidosa e de que o que se passa como realidade social não existe em qualquer sentido concreto” (MORGAN, 2007, p.16), formado pela vivência subjetiva ou intersubjetiva dos indivíduos. Aqui estão a hermenêutica, a etnometodologia e o interacionismo simbólico fenomenológico, buscando entender a sociedade a partir do agente da ação.

Para Godoy (1995) pesquisas baseadas na perspectiva interpretativista destacam-se por oferecerem possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem o homem e suas intrincadas relações sociais que são estabelecidas em ambientes diversos. Trata-se de entender que a realidade ocorre dentro de contextos históricos e é construída socialmente; por isso as pesquisas sociais e humanas buscam não mais somente o caminho da mensuração, mas o da compreensão (GUBA e LINCOLN, 1994).

Com efeito, para o paradigma interpretativista a compreensão dos fenômenos sociais (e aqui se inserem os da Administração), se dá

a partir da interpretação das atitudes e do sentido que os agentes conferem às suas ações e para tal é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético (SANTOS, 2005, p. 38)

Portanto, na perspectiva interpretativista, quando um pesquisador vai a campo não impõe categorias analíticas para o estudo empírico de um fenômeno. Pelo contrário, ao invés de ir munido de instrumentos e técnicas para mensurar a realidade, ele muitas vezes elabora seus construtos a partir do trabalho de campo, pois se preocupa em captar aquilo que é mais significativo do ponto de vista das pessoas que estão no contexto pesquisado. Nessa dinâmica, a pesquisa científica depende dos participantes, de suas ideias, palavras, expressões, conceitos e experiências acerca da realidade estudada.



Considerando que um paradigma não é melhor do que outro, e que as técnicas e métodos empregados de acordo com a escolha do pesquisador produzirão conhecimento que ilumina, obviamente, aspectos distintos do fenômeno ou objeto estudado, podemos refletir que os achados de pesquisa norteada pelo paradigma interpretativista mostram a realidade a partir de determinados pressupostos. No entanto, quando o pesquisador perde essa noção corre o risco de também impô-la como a única e melhor para fazer ciência, o que novamente limita a produção científica a uma determinada abordagem paradigmática, desta vez interpretativista. Dentro desse raciocínio vale a pena refletir e ter o cuidado para não repetir o mesmo caminho tão criticado do positivismo, qual seja, mostrar as limitações de um determinado paradigma sem enxergar as próprias.

Nesse sentido, uma das principais críticas ao interpretativismo é o relativismo (SACCOL, 2009). Ao adotar uma posição mais liberal, o paradigma interpretativista recai nas normas e práticas comunais restritas de comunidades de pesquisas específicas, o que para alguns pesquisadores põe em cheque a cientificidade do conhecimento produzido. Também é comum encontrarmos argumentos de que as pesquisas que adotam uma perspectiva mais interpretativista são imprecisas, carregadas de subjetividade e manipuláveis.

De fato, entendemos que a relevância no fazer pesquisa científica não decorrem automaticamente da adoção de um paradigma positivista ou interpretativista. Por isso discordamos do argumento de Demo (2011, p. 14) de que adotar procedimentos positivistas “quando menos, isto confere à pesquisa a confiabilidade intersubjetiva, capital acadêmico crucial para os dias de hoje”. Por que adotar procedimentos de mensuração quantitativa se por ventura a pesquisa proposta apoia-se no paradigma positivista?

A escolha paradigmática por si só não é suficiente para garantir rigor, consistência, e qualidade da pesquisa. Se assim fosse todas as pesquisas positivistas seriam sempre excelentes, assim como, as pesquisas construtivistas, mas a realidade não é bem essa. Temos pesquisas boas e ruins, independente do paradigma escolhido.

No nosso entendimento, a ciência pode ser construída de maneiras diversas e horizontes, desde que com rigor e qualidade acadêmica. Para tanto, é necessário criar espaços, fomentar discussões e fortalecer as propostas alternativas de pesquisa que permitam conhecer a realidade social a partir de abordagens paradigmáticas para além da escolha dicotômica entre positivismo ou interpretativismo.

Especificamente em Administração, a utilização de paradigmas tem sido objeto de discussões, debates e disputas que decorrem da “guerra de paradigmas” entre abordagens (CLEGG; HARDY, 2010) a qual se estende também aos métodos de pesquisa que podem atender às peculiaridades de cada paradigma (LEAO; MELLO; VIEIRA, 2009).

Neste ponto, segundo Caldas (2007), Burrell e Morgan (1979) sugeriram uma série de posições epistemológicas e ontológicas de base, as quais formariam algumas posições metateóricas *a priori* no desenvolvimento científico em análise organizacional

Cada um desses quase-paradigma paralelos coexistiria na área e influenciaria teorias que seriam aprisionadas por seus próprios pressupostos e desconheciam ou ignorariam os demais “silos” representados por “campos concorrentes” (p.06).

A taxonomia criada por Burrell e Morgan (1979) baseou-se na polarização em torno das dimensões objetivo/subjetivo para classificar a pesquisa exerce sua influência no campo da Administração até os dias atuais. Pautada na incomensurabilidade dos



paradigmas, situa-se na “guerra de paradigmas” sugerindo que as abordagens paradigmáticas do positivismo e do interpretativismo são inconciliáveis; não conversam entre si (BURREL; MORGAN, 1979; GUBA; LINCOLN, 1994).

Mais adiante, o trabalho de Morgan e Smircich (1980) propõe um *continuum* em cujos polos situam-se visões antagônicas sobre a natureza da ciência social: objetiva e subjetiva. Entre os extremos, podemos encontrar diversas suposições ontológicas e de natureza humanas com fronteiras não bem delineadas.

Apesar das fronteiras delineadas pelo *continuum* e pelas taxonomias de paradigmas, sabemos que as pesquisas nem sempre se enquadram nas categorias ou polos propostos. Nesse sentido, no campo da Administração o caminho do conflito tem sido mais trilhado do que o do consenso, com destaque para as polarizações e antagonismos acirrados entre dois paradigmas e seus pesquisadores – positivistas e interpretativistas, que vão opondo-se em argumentos, seguindo uma previsível escalada de ataques, aumentando a distância de possível conciliação (LIMA, 2009; LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009).

E “nesse embate entre as duas tradições, ainda prevalece a visão dicotômica e maniqueísta, a partir da qual só é possível escolher entre dois extremos opostos e mutuamente excludentes” (ROCHA-PINTO *et al*, 2010, p. 124). Como consequência dessa supervalorização da dicotomia entre positivismo e interpretativismo, os pesquisadores vêm gerando um longo debate quase dogmático sobre o valor relativo desses paradigmas. Nesse embate, alguns pesquisadores desviam sua atenção sobre o que é realmente importante: a qualidade, a consistência, o rigor e a relevância da pesquisa em Administração - independente da abordagem paradigmática escolhida.

Assim, trabalhos científicos passam a ser analisados a partir de um olhar ideologicamente enviesado e aqueles que não se enquadram dentro da perspectiva dominante correm sério risco de serem rechaçados. E assim nossa produção científica vai se assemelhando a uma grande linha de produção, onde os melhores produtos são aqueles que seguem estritamente os padrões determinados (ALCADIPANI, 2011).

Em poucas palavras: enquanto os pesquisadores continuarem a discussão limitando em afirmar que tal paradigma é superior a outro, alegando para tal essa ou aquela característica, pouco contribuirão para a Administração evoluir como ciência, pois estão limitando-se a discussão a apenas uma face da atividade científica. Os conflitos científicos não se restringem a argumentos epistemológicos e intelectuais; mas envolvem e estão permeados por interesses de determinado pesquisador, ou grupo de pesquisadores, em constituir autoridade (prestígio, reconhecimento, status, etc) dentro de um campo científico. Discutiremos a esse respeito na próxima seção.

## ***O pesquisador em Administração e seu campo científico***

Neste sentido, segundo Serva e Pinheiro (2009), o trabalho do pesquisador é influenciado pelas condições sob as quais é produzido; dessa forma, entender esse contexto é iluminar como se chegou ao fruto do trabalho. Nessa perspectiva, o estudo do campo científico é intrigante, já que neste espaço o pesquisador se defronta com ele mesmo, com seus pares e com seu campo de trabalho, levando ao questionamento da produção e de si próprio.

Continuamos nossos apontamentos com a noção de que a ciência está cercada de ideologia não apenas como elemento do contexto externo, mas que faz parte do próprio



processo científico, posto que tentar produzir conhecimento puro, historicamente não contextualizado é tarefa inócua (DEMO, 1995). Basta lembrar que quando falamos em intersubjetividade como critério de demarcação científica, estamos nos preocupando com a opinião dominante da comunidade científica em determinada época e lugar. Ora, se há algo que domina, não estamos diante de uma relação de poder?

O pesquisador das ciências sociais, em específico das ciências administrativas, tem como blindar-se aos fenômenos do poder e da ideologia na produção do conhecimento científico? Se considerarmos que esse fenômeno está no sujeito e no objeto, nossa resposta será não. E mais, uma vez que a própria realidade social está impregnada de ideologia, visto que é produto histórico do qual fazem parte atores políticos, “não existe história neutra como não existe ator social neutro” (DEMO, 1995, p.19).

Vale esclarecer que ideologia é aqui compreendida como “uma sombra inevitável do fenômeno do poder, que dela lança mão para se justificar. Poder sagaz não diz que é poder, que deseja dominar, que busca vassalos, que detesta contestação” (DEMO, 1995, p.19). Muito mais do que tornar-se conhecido, o poder manifesta-se sem se identificar, sem dizer a que veio. O poder é cheio de artimanhas e uma das principais é “imiscuir-se entre os homens sem ser percebido, de modo disfarçado e carregado de subterfúgios. Muito mais do que mostrar-se, o poder utiliza disfarces” (MATOS, LIMA, GIESBRECHT, 2011). De acordo com Foucault (1987), o sucesso do poder está na proporção daquilo que consegue ocultar. Assim, a ideologia mais inteligente é aquela que se escamoteia de ciência e tem no intelectual importante figura na elaboração de argumentos de justificação do poder (DEMO, 1995).

Corroborando, para Chauí (1985) a ideologia cientifista usa a imagem idealizada do cientista como inventor e gênio solitário, membro de uma equipe de engenheiros e magos para consolidar a neutralidade científica. Com isso consegue dissimular a origem e a finalidade da maioria das pesquisas que na verdade buscam controlar a natureza e a sociedade segundo os interesses de determinados grupos de interesse.

Sendo o pesquisador um agente da produção científica, um ser social e por natureza político, discutir sobre o fazer ciência implica não só refletir sobre escolhas epistemológicas, mas também sobre posicionamentos políticos. Por isso concordamos com Bourdieu (2004a, 2004b): é inútil tentar separar as determinações científicas puras e as determinações sociais já que é impossível a distinção entre interesses intrínsecos e extrínsecos.

Ancorado no conceito de poder simbólico, a ideia de campo científico de Bourdieu (1978) surge em oposição à noção de comunidade científica de Kuhn (HOCHMAN, 1994). Para Bourdieu (2004a) a autonomia da comunidade científica, do trabalho científico e da ciência deve ser entendida a partir da natureza da sociedade em que se insere. Assim, o autor questiona a neutralidade da ciência e aponta para a necessidade de revelar o que de fato está por trás do esforço dito genuinamente desinteressado da comunidade científica kuhniana. “Sai a ciência, entra a sociedade” (HOCHMAN, 1994, p.209).

O campo científico pode ser compreendido como “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”; “lugar de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004a, p. 22). Ancorado no conceito de poder simbólico, a ideia de campo científico de Bourdieu (1978) surge em oposição à noção de comunidade científica de Kuhn (HOCHMAN, 1994). Para Bourdieu (2004a) a autonomia da comunidade científica, do





trabalho científico e da ciência deve ser entendida a partir da natureza da sociedade em que se insere. Assim, o autor questiona a neutralidade da ciência e aponta para a necessidade de revelar o que de fato está por trás do esforço dito genuinamente desinteressado da comunidade científica kuhniana. “Sai a ciência, entra a sociedade” (HOCHMAN, 1994, p.209).

O campo científico pode ser compreendido como “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”; “lugar de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004a, p.22). Dentro de um campo científico, um produtor ou autor só pode esperar reconhecimento do valor de seus produtos (reputação, prestígio, autoridade, competência) de outros autores que, por serem também competidores, são menos inclinados a concordarem ou dar-lhe razão sem debates ou exames. Tornando-se, de fato, espaço de lutas (BOURDIEU, 1983). Podemos então entender a Administração como um campo social como outro qualquer, contendo lutas de poder, monopólios, estratégias, relações de forças, interesses particulares, de lucro, etc. Neste caso, a compreensão do fazer ciência e do produto científico passa pelo conhecimento das condições sociais de produção no campo científico.

Ou seja, no campo científico, inclusive no de Administração, acontecem embates nos quais um tipo específico de capital social está em jogo: a autoridade científica – que é também o poder de impor uma definição do que seja ciência. Nessa luta os dominantes são aqueles que ao imporem essa definição de ciência definem que “a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem.” (BOURDIEU, 1976, p.7).

Essa constatação reafirma a existência no campo científico de uma estrutura de relações objetivas entre agentes que define intervenções científicas, lugares de publicação, temas a escolher, objetos de estudo. Essa mesma estrutura é definida pela distribuição do capital científico - uma forma particular de capital simbólico que consiste no reconhecimento atribuído por pares e concorrentes no interior do campo científico; proporciona autoridade e contribui para definir as regras do jogo, a distribuição dos lucros nesse jogo (BOURDIEU, 2004). O mercado de cientistas tidos como empresários na concepção de Bourdieu tende à oligopolização, ou seja, a ciência se desenvolve e acumula recursos e capital científico necessário à sua apropriação, com isso o mercado científico torna-se cada vez mais competitivo e restrito entre os concorrentes que acumulam maior quantidade de capital científico (HOCHMAN, 1994).

Saindo de uma perspectiva puramente econômica de Bourdieu, e baseando-se em teorias construtivistas, podemos entender o ambiente científico como um espaço invadido por pressões políticas, econômicas e sociais (TRIGUEIRO, 1997). Seguindo esta linha, Latour e Woolgar (1997) apontam para a formação de redes sóciotécnicas dentro do ambiente científico. Para eles a moeda de troca na ciência é a credibilidade. Dessa forma, os cientistas investem em temas que prometem maior retorno (poder, prestígio, credibilidade).

Assim, interessa ao cientista a ampliação e reprodução de informação nova e com credibilidade. As informações relevantes à produção do conhecimento científico dependem das percepções dos participantes dessa produção no seu contexto específico, o laboratório ou local onde é produzido o conhecimento. Latour defende que é preciso entrar em laboratório e ver como se dá as relações cotidianas dos cientistas. Ele sugere penetrar no universo da investigação científica para entender que o laboratório é o local onde são construídos os fatos científicos. Processo que envolve homens, máquinas, experiências e



estratégias. Não elimina a perspectiva econômica do campo da ciência que é sugerida por Bourdieu, mas sugere uma abordagem “quase-econômica” para essas relações (HOCHMAN, 1994). Estas, por sua vez, são usadas para adquirir credibilidade diante da comunidade.

Ampliando esta perspectiva, Knorr-Cetina (1982) esclarece que o trabalho científico é percorrido e sustentado por relações que transcendem o laboratório ou a academia, o que a autora chama de arenas transepistêmicas ou campos transcientíficos. Os cientistas são envolvidos e confrontam-se em arenas de ação que vão além de discussões epistemológicas. Essas arenas são constituídas por uma combinação de pessoas e de argumentos que compõe instituições científicas, agências de financiamento, editores, indústrias, fornecedores e cientistas que exercem também papéis não-científicos – como negociadores de recursos, por exemplo (KNORR-CETINA, 1982).

Pode-se dizer que Knorr-Cetina (1982) concentra-se no contexto e nas características específicas de cada local ou laboratório no qual o conhecimento está sendo gerado. Restaura “o caráter contextual da ciência”. Para ela, não é possível separar o produto da ciência do contexto onde ele foi produzido. A construção deste produto está sujeita à capacidade de recursos disponíveis e às relações hierárquicas e de poder características desse ambiente. Está dentro de uma arena em luta constante.

Seja pela concepção de um campo científico que utiliza estratégias mercantis e segue a lógica capitalista da sociedade onde atua Bourdieu ou por uma perspectiva mais focada nas práticas cotidianas do fazer ciência de Latour, ou ainda como uma comunidade científica com relações de poder e de busca por credibilidade ou créditos simbólicos dentro do seu ambiente, como entende com Knorr\_Cetina, o fato é que o ambiente científico se constitui como um lugar de disputas políticas, sociais, econômicas que ultrapassam o campo das disputas epistemológicas (HOCHMAN, 1994).

Recorrendo a Misoczky e Andrade (2005), caracterizamos o campo científico da Administração no Brasil por sua adoção não reflexiva de modelos das nações dominantes que vem servindo de modelos para nossas organizações de ensino e pesquisa, para nossos referenciais teóricos e nossa forma de produzir conhecimento. Corroborando essa descrição Rosa (2008) aponta que “as exigências que se fazem para que uma pesquisa ocupe um lugar na “Big Science”, depende da submissão aos padrões impostos pelos países centrais” (p.108).

Esse aspecto tem sido problematizado por autores como Misoczky e Goulart (2011), Rosa (2008), Rosa e Alves (2011) que propõem reflexões sobre formas de resistência ao que Santos (2005) denomina “colonialidade do saber”, capaz de delimitar desde o referencial teórico (em inglês, preferencialmente), até os temas mais relevantes a serem pesquisados.

Por sua vez, o capital científico se apoia em dois subtipos de poder: o institucional - relacionado à ocupação de posições importantes em instituições científicas e o poder específico - decorrente de prestígio pessoal, que repousa no reconhecimento pelos pares. As duas formas de capital seguem leis de acumulação diferentes. O capital social específico (científico puro) é resultado de contribuições reconhecidas ao progresso da ciência. Já o capital científico da instituição vai sendo adquirido por meio de estratégias políticas que exigem tempo para participação em vários eventos tais como comissões, colóquios, bancas, entre outros. Ao definir essas duas formas de capital, Bourdieu (2004) caracteriza os pesquisadores pela estrutura de seu capital científico, “ou mais



precisamente, pelo peso relativo de seu capital “puro” e de seu capital “institucional” (p. 38)”.

Tomemos o sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES. Se de um lado ele pauta-se em uma objetividade que atribui pontuação aos canais de publicação (editoras, revistas e eventos), por outro, estamos tratando de trabalhos elaborados e publicados por agentes sociais e politicamente situados, que participam de acordos intersubjetivos e negociados em suas práticas do fazer pesquisa e ciência. “A CAPES cria o sistema Qualis, atribui pontos a cada canal de distribuição (publicação) e inicia a corrida por pontos, quanto mais melhor!” (ROSA, 2008, p.111). E nessa corrida o pesquisador deve ser capaz de responder à pressão por publicação: acumular capital científico para continuar ou garantir sua posição dentro do campo frente a seus pares e concorrentes.

Dando suporte à acumulação desse capital tem-se a estrutura de distribuição de poder entre os atores (instituições e pesquisadores) em competição que norteia as aspirações científicas, as estratégias e os investimentos. Para além de embates epistemológicos entre positivismos e interpretativismos, no campo científico os pesquisadores são atores sociais participando de lutas que ocorrem pelo domínio desse campo e nisso assumem posicionamentos políticos também. Nas palavras de Bourdieu (1983, p.34)

às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias *ideológicas* disfarçadas em *tomadas de posição epistemológicas* através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias (itálicos como no original).

Vale dizer, os agentes e o volume de seu capital científico determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso. “Cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil” (BOURDIEU, 2004a, p. 24). Assim, o grupo de pesquisadores com maior capital científico domina o campo e define um conjunto de objetos, questões importantes, num dado momento do tempo, sobre os quais os participantes do campo devem se debruçar. Consequentemente, o que é percebido como importante e interessante só tem chance de assim se tornar a partir dos que os outros consideram como tal.

Obviamente, por essa lógica, quanto mais competidores, menor podem ser as expectativas do lucro; com isso alguns pesquisadores migram para áreas de conhecimento tidas como menos competitivas, onde possam fazer o mesmo investimento com uma probabilidade maior de retorno.

Essa perspectiva igualmente influencia os investimentos realizados pelos pesquisadores com vistas ao lucro obtido em função do capital científico acumulado. Nesse sentido, Bourdieu (1978, 2004a) argumenta ainda que as escolhas científicas na verdade são também estratégias políticas de investimento e maximização do lucro científico que se transfigura na aceitação dos pares-competidores. O autor reforça ainda que as estratégias no campo científico sustentam-se em dois pressupostos: “i) função puramente científica; ii) função social no campo, ou seja, em relação aos outros agentes envolvidos no campo” (BOURDIEU, 2004b, p.79).



Por isso não nos espanta que o aumento da legião dos publicadores na área de Administração seja muito mais que uma questão de esforço de publicação científica relevante. Trata-se também de “uma estratégia de autoqualificação e credenciamento curricular dos professores e de legitimação de suas instituições” (MATTOS, 2008, p.147). Inseridos na mesma lógica, não raro projetos de pesquisa são desenvolvidos como forma de trazer lucro simbólico mais representativo aos pesquisadores dentro de um contexto de intensa competição.

Na luta travada no campo científico, dominantes e pretendentes utilizam-se estratégias antagônicas com estrutura e princípios opostos, pois ocupam posições que dependem do seu capital científico. Essas estratégias serão para conservação ou transformação do campo dependendo da posição favorecida (ou não) que o pesquisador e seu grupo ocupam dentro do campo.

Daí que o interesse daqueles que estão no domínio é o de conservação, visando perpetuar a ordem estabelecida. No Brasil, o campo científico da Administração pode ser reconhecido como um “espaço de contradições e de estratégias de preservação e disputa e por uma “censura” que tem sido expressa de modo recorrente” (MISOCZKY; ANDRADE, 2005, p.239). Aqui é importante tirar os óculos cor-de-rosa e perceber que quando alguns pesquisadores lutam para permanecerem em cargos em comissões, comitês científicos, por exemplo, na verdade estão também lutando para manter o *status quo* de um grupo dentro de um campo e manter um conceito e uma forma de fazer ciência institucionalizada.

Ainda sobre esse aspecto Bourdieu (1976) alerta-nos sobre o uso da retórica da cientificidade que a comunidade dominante produz para alimentar a crença no valor de seus produtos e na autoridade científica de seus membros. Dito de outra forma: estamos diante de uma estratégia ideológica, disfarçada de posicionamento epistemológico, usada pelos ocupantes de uma posição dominante no campo para justificar sua própria posição e desacreditar os que expressam posições opostas às suas estratégias.

No campo científico, os novatos podem se conformar ou procurar romper com essa lógica dominante propondo uma lógica diferente e tentando estabelecer-se como dominantes naquele campo (BOURDIEU, 2004a). Falando em novatos, em outras épocas, “o pesquisador publicava seu primeiro artigo muitas vezes após a defesa da dissertação ou tese. Atualmente, na área de Administração, isso ocorre desde a mais tenra fase, isto é, já depois de cursada a primeira disciplina no mestrado ou doutorado” (ROSA, 2008, p. 112); ou seja, a luta por acumular pontos e alcançar uma posição dentro do campo científico vem começando cada vez mais cedo (ALCADIPANI, 2011).

Os aspectos discutidos até o momento sobre a dinâmica do campo científico ajudam-nos a entender e concordar com o posicionamento de Misoczky e Andrade (2005): não podemos temer politizar a academia já que essa, como campo de poder, é sua natureza, absolutamente politizada. Sendo assim, na luta as diferenças, as discussões, os contrapontos são salutares para o desenvolvimento da Administração como ciência enquanto “o consenso não é só difícil, como é impossível e indesejável” (p. 239).

## ***Apontamentos finais***

Iniciamos nossas reflexões finais resgatando que Guerreiro Ramos (1989) já defendia que a Administração como ciência necessita refletir sobre suas bases,



desenvolver reflexão e crítica sobre seus pressupostos. O caminhar rumo essa tarefa tem se mostrado tão difícil quanto necessário. Nele algumas reflexões mostram-se cruciais.

Começaríamos reconhecendo que o pesquisador não é um ser neutro, que escolhe fazer ciência pautando-se unicamente em critérios meticulosamente assépticos, objetivos, milimetricamente pensados. Somos, de fato e por natureza, seres políticos e fazemos escolhas também a partir de interesses pessoais ou coletivos; na pesquisa científica não nos norteamos somente por opções entre um paradigma ou outro.

Um caminho para perceber a impossibilidade de uma ciência neutra é admitir que as ideias, opiniões, preconceitos, interpretações e intenções dos cientistas influenciam-nos. Some-se a isso, o fato de que os objetos da ciência cada vez mais têm sido usados na produção e economia, fomentando processos de dominação e potencialização de alguns grupos sociais (HOLANDA, 2011; CHAUI, 2005).

Vale retomar então que no campo científico da Administração as disputas entre pesquisadores estão impregnadas de elementos políticos e científicos, devendo esses dois aspectos ser levados em conta. Nesse espaço os embates se dão entre agentes assimetricamente dotados de capital científico e por isso não se apropriam igualmente do produto do trabalho científico.

É relevante pontuar que tratar somente da dimensão puramente política no fazer ciência é tão limitante quanto considerar exclusivamente os aspectos epistemológicos que permeiam os conflitos científicos. De fato, a dificuldade em tratar de aspectos políticos no fazer ciência está em reconhecê-los como dimensão da realidade que envolve educação, cultura, simbolismo, ideologia. Enfim, aspectos os quais a quantificação não consegue dar conta de sua complexidade.

Obviamente, que não estamos clamando para que a ideologia tome conta da ciência. Isso seria falar em dogma. Na verdade, é preciso sim reconhecer a presença da ideologia, mas ao mesmo tempo sermos capazes de discutir nossos achados, nos resultados, nossos pressupostos teóricos, metodológicos. Aqui o ponto não é tentar controlar a ideologia ao modo das ciências naturais, insistindo em separar claramente sujeito e objeto.

Uma alternativa seria reconhecer criticamente que somos inevitavelmente ideológicos e assumir postura de discutibilidade (DEMO, 1995) afastando-nos de posturas fanáticas, dogmáticas. Ou assumir a reflexividade como prática entre os constituintes do campo científico da administração (MISOCZKY; ANDRADE, 2005). Em ambas alternativas estaríamos pensando na ampliação do entendimento sobre as ciências administrativas, considerando-as igualmente como espaço de atuação social, onde a imbricação ideológica está presente em qualquer ator político, inclusive nos pesquisadores, dentro do espaço do poder.

Alinhamos esses argumentos a Demo (1995) que nos chama atenção para o débito social das ciências sociais, quando apenas os critérios de qualidade formal são tomados como balizadores da produção de conhecimento científico. É quando a formalidade se sobrepõe a importância pra a sociedade. Por outro lado, pensar na qualidade política de um trabalho científico significa reconhecer o cientista social como ser político e cidadão, que como tal influencia e é influenciado. Como ser político o pesquisador questiona o papel das ciências sociais no estabelecimento de políticas sociais, na luta por uma sociedade mais democrática.

Espera-se que nós pesquisadores sejamos produtores de conhecimento e possamos gerir nosso trabalho de maneira independente. No entanto, na realidade sofremos influências: tanto as inerentes a um campo que está de frente para o mercado, de uma



ciência social aplicada, como as pressões por publicação, por exemplo, dos sistemas de avaliação (SERVA e PINHEIRO, 2009).

Assim, o fato de nossas publicações ainda serem caracterizadas por falta de originalidade e ênfase na formalização não se justifica apenas por razões puramente metodológicas e científicas; há sim um componente político neste cenário que permite a alguns grupos dominantes imporem a definição de ciência (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005).

O mais crítico neste cenário é que muitos dos pesquisadores em Administração insistem em disputar o que é mais certo, o que é mais definitivo, o mais verdadeiro. Esse tipo de debate é “útil ao cientista, porque lhe é cômodo desconhecer a imbricação com os fins enquanto pode viver à sombra e com a sobra do poder vigente. Sobretudo útil ao poder vigente, que aproveita das ciências sociais seu potencial ideológico” (DEMO, 1995, p.24).

Nesse sentido, pensar em aspectos políticos no fazer ciência significa assumir e provocar reflexões sobre posturas para questionar o controle social e ideológico exercido pelas ciências sociais sob o manto de uma suposta neutralidade dos pesquisadores. Chauí (2005) lembra-nos que essa imagem da neutralidade científica “é ilusória” (p.281), visto que ao definir seu objeto de pesquisa, método e resultados a serem alcançados, o cientista faz escolhas precisas as quais não são imparciais tampouco neutras. Também para Demo (2004), “a realidade social não é neutra e a politicidade é parte inevitável e essencial das ciências sociais” (p.74).

Aliás, é indispensável registrar que ao fazer pesquisa deparamo-nos, com uma maneira de construir conhecimento científico que se utiliza de procedimentos metodológicos reconhecidos e formalizados, e com a politicidade tendo em vista que conhecimento sempre foi na história da humanidade, fonte legítima de poder (BACON, 1979).

Enfim chegamos ao entendimento de que o fazer científico trata-se de uma atividade humana que possui vínculo indissociável com espaço, tempo e imbrinca-se com jogos de poder. Nessa perspectiva seria no mínimo ingênuo não reconhecer a academia como um espaço de competitividade darwiniano, do qual nós fazemos parte, quer seja como opressores ou privilegiados, mas nunca como meros expectadores. Nesse espaço, nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em Administração.

## Referências

ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinha em lata. **Organização & Sociedade**, Salvador, UFBA, v. 18, n. 54, p. 345-348, abr./jul. 2011.

BACON, F. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza** (2a ed.). São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 24ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.



# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104.

\_\_\_\_\_.(1976[1983]). **O Campo Científico**. In Renato Ortiz, org. Pierre Bourdieu - Sociologia. São Paulo: Editora Ática: 122-155

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004b.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**: Elements of the sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, M. P. Paradigmas em Estudos Organizacionais: uma introdução à série. In: BERTERO, C. O; CALDAS, M. P. **Teoria das organizações**. RAE Clássicos. São Paulo: Atlas, 2007. p.3-11.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13ªed. São Paulo: Ática, 2005.

CLEGG, S.; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: **Handbook de Estudos Organizacionais**, vol.1. São Paulo: Atlas, 2010.

COMTE, Augusto. **Importância da filosofia positivista**. Lisboa: Inquérito, 1939.

DEMO, P.. **Forças e fraquezas do positivismo**. Disponível em: <<http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/ffpositivismo.html>>. Acesso em: 08.set.2011.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 57-63, 1995.

GUBA, E. B.; LINCOLN, Y. S. Paradigmatic controversies contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. São Paulo: FGV, 1989.

HOCHMAN, G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 199-227.

HOLANDA, L. A. DE. **Resistência e apropriação de práticas do management no organizar de coletivos da cultura popular**. 2011. 246p. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

KUHN, T.S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. B. C.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Revista Organizações em Contexto**, v.5(10), p.1-16, 2009.



# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

LIMA, L.A.. A Representação das Múltiplas Dimensões Paradigmáticas no Estudo da Administração: um Ensaio sobre os Limites Contidos nas Defesas Paradigmáticas Excludentes. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.15, n.2, p. 198-208, 2011.

MATOS, F. R.N. ; LIMA, A. C. ; GIESBRECHT, C. M. . Estudo observacional das relações de poder no filme O Óleo de Lorenzo. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 9, p. 438-449, 2011.

MATTOS, P.L.C. Nós e os índices – a propósito da pressão institucional por publicação. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, p. 144-149, 2008.

MISOCZKY, M. C. ANDRADE, J. A. . Tréplica: Quem Tem Medo do Fazer Acadêmico enquanto Práxis?. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Curitiba - PR, v. 9, n.1, p. 219-225, 2005.

MISOCZKY, M. C.; GOULART, Sueli . Viver as contradições e tornar-se sujeito na produção social de nosso espaço de práticas. **Organizações & Sociedade (Impresso)**, v. 18, p. 535-540, 2011.

MORGAN, Gareth; SMIRCICH, Linda. The case for qualitative research. **The Academy of Management Review**, v.5, n.4, p. 491-500, 1980.

MORGAN, G. Paradigmas metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P. **Teoria das organizações**. RAEC clássicos. São Paulo: Atlas, 2007. p.12-33.

MORIN, E. **O método**. Porto Alegre/RS: Editora Sulina, 1998.

OTTOBONI, C. Perspectivas de triangulação entre diferentes paradigmas na pesquisa em Administração. In: XXXIII EnANPAD - Encontro Nacional da ANPAD, 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

ROCHA-PINTO, S. R.; FREITAS, A. S.; MAISONNAVE, Paulo Roberto. Métodos Interpretativistas em Administração: Implicações para Pesquisadores. **R. Adm. FACES Journal Belo Horizonte** · v. 9 · n. 1 · p. 115-127 · jan./mar. 2010. ISSN 1984-6975 (online). ISSN 1517-8900. Universidade FUMEC. Brasil.

ROSA, A. R. ; ALVES, M. A. . Pode o conhecimento em gestão e organização falar português?. **RAE (Impresso)**, v. 51, p. 255-264, 2011.

ROSA, A. R. . "Nós e os índices": um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. **RAE (Impresso)**, v. 48, p. 108-114, 2008.

SACCOL, A. Z. . Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, p. 277-300, 2009.

SANTOS, B. de S.. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**, V.1. São Paulo: Cortez, 2000. p. 55-94 [Reprodução de "Um Discurso Sobre as Ciências"].





# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

SERVA, M.; PINHEIRO, D. M. . Epistemologia e sociologia da ciência da administração: uma reflexão inicial sobre os estudos do campo no Brasil. In: XXIII Encontro da ANPAD, 2009, São Paulo. **Anais do XXIII Encontro da ANPAD**, 2009.

TEIXEIRA, J. C. ; NASCIMENTO, M. C. R.. Triangulação entre Métodos na Administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações convergentes?. In: XXXV Encontro da ANPAD, 2011, Rio de Janeiro. XXXV EnANPAD. Rio de Janeiro: **Anais...ANPAD**, 2011.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber: sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

WILLMOTT, H. Breaking paradigm mentality. **Organisational Studies**, v. 14, n. 5, 1993. p.681-719.